

EMPODERAMENTO E CIDADANIA PELA ATIVIDADE FÍSICA NO BAIRRO SÃO MARCOS, CAMPINAS - SP

Ana Paula Martins Vicentin¹, Aguinaldo Gonçalves²

¹ Mestranda da FEF Unicamp, ² Professor Titular da FEF Unicamp

Faculdade de Educação Física Unicamp, Campinas - SP E-mail: hanamar@gmail.com

Registra-se com frequência na literatura técnica pertinente que a prática da atividade física (AF) regular e sistematizada possibilita melhoras relacionadas ao dia a dia. Paralelamente a isso, sabe-se também que se trata de comportamento complexo e multifatorial, atrelado não somente a decisão individual. Dentre as variáveis correlatas, observa-se como fator determinante a condição socioeconômica, principalmente quando se trata da camada populacional de baixa renda, excluída formalmente da produção circulação e comércio de bens e produtos. No presente estudo tomam-se essas referências como apropriação de desenvolvimento científico, propondo-se: i) descrever e analisar a relação AF e saúde e ii) identificar determinantes do acesso à AF em grupo populacional específico, no caso o bairro São Marcos, Campinas – SP. O desenvolvimento em campo foi feito com a técnica de grupos focais: encontro de 6 a 12 pessoas, dirigido pelo moderador e observador. Na dinâmica é posto em pauta roteiro previamente preparado e testado pelo pesquisador, estimulando a participação ativa dos presentes. A metodologia de análise adotada é do discurso do sujeito coletivo, que tem como princípio básico ampliar a característica qualitativa da pesquisa, por meio da compreensão do pensamento coletivo através de discurso em primeira pessoa, com procedimento demonstrado no quadro 1. Os resultados exploratórios apontam para: i) observação da compreensão que AF é benéfica, mostrando relativo discernimento quanto ao tipo de AF e ao aumento do sedentarismo; ii) de foram geral, apesar disso, observa-se real distanciamento desse pensamento para a prática efetiva. Isso pode ser entendido pelas próprias condições sociais descritas, mostrando que necessidades básicas para a cidadania, como condições de moradia e alimentação, são naturalmente priorizadas pelas comunidades carentes ao mesmo tempo em que não são solucionadas por ações governamentais.